

TERMO ADITIVO DE CONTRATO N° 202/2025

Terceiro Termo Aditivo à Carta Contrato n° 050/2022 de prestação de serviços que entre si fazem a **Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA** e a empresa **INFRAGAS COMERCIO DE GAS LIQUEFEITO EM JF LTDA.**

A **CONTRATANTE**, Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA, empresa pública municipal, situada nesta cidade na Av. Rio Branco, 1843 – 8° ao 11° andares – Centro, CNPJ n° 21.572.243/0001-74, neste ato representada pelo seu representante legal, abaixo assinado, e a **CONTRATADA** empresa **Infragás Comércio de Gás Liquefeito em JF Ltda**, inscrita no CNPJ n° **41.506.731/0001-90**, situada na Rua Olegário Maciel, 1804 - Paineiras – Juiz de Fora/MG - CEP 36016-011, neste ato representada pelo seu representante legal, abaixo assinado, em conformidade com a Lei 13.303/2016 e com o Regulamento interno de Licitações, Contratos e Convênios da CESAMA, conforme justificativa nas páginas 541/542, autorização firmada pela autoridade competente da CESAMA página **551** e demais elementos constantes do **Processo Eletrônico 5423/2022 (Dataged)**, **DISPENSA N° 072/22**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Este instrumento acresce ao contrato original o valor estimado de **R\$ 1.137,60 (um mil, cento e trinta e sete reais e sessenta centavos)**, referente ao aditivo de acréscimo de fornecimento que representa 25% da carta contrato original com fundamento no art. 81, inciso II e §1° da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016 e cláusula sexta do contrato original (6.1).

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificam-se as demais cláusulas do contrato original que não foram alteradas por este instrumento.

Por estarem assim pactuados, firmam o presente instrumento, que vai assinado pelas partes, na forma eletrônica¹.

Juiz de Fora, data da assinatura

Lincoln Santos Lima
Diretor Presidente – **CESAMA**

Chrystian Higino Marques e/ou
Gabriel Araújo Laroca
INFRAGÁS COMERCIO DE GÁS
LIQUEFEITO EM JF LTDA

¹ Código de Processo Civil – Art. 784, §4º

A Lei nº 14.620/2023 incluiu o §4º ao art. 784 do CPC, reforçando a força executiva dos contratos eletrônicos:

“§ 4º Nos títulos executivos constituídos ou atestados por meio eletrônico, é admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunhas quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura.”